

**Linhas de Acção Governativa para o ano
financeiro de 2001 do Governo da Região
Administrativa Especial de Macau (Síntese)**

Área da Economia e Finanças

O ano 2000 foi um ano de ajustamento da economia de Macau com tendência para uma gradual recuperação. Com o ambiente favorável criado pela recuperação económica das regiões vizinhas e com o esforço despendido pelos diversos sectores da sociedade, a economia global de Macau começa a ver a “luz ao fundo do túnel”. Entre Janeiro e Setembro, registou-se um aumento nas receitas do jogo na ordem dos 26%, o número de visitantes aumentou 24%, as exportações de mercadorias aumentaram 15%, a balança comercial registou um aumento positivo superior ao dobro e o investimento estrangeiro cresceu consideravelmente. Prevê-se que o Produto Interno Bruto deste ano registe, pela primeira vez nos últimos cinco anos, um crescimento positivo que atingirá cerca de 4%.

Iniciámos um conjunto variado de trabalhos em virtude de a Organização Mundial do Comércio ter agendado para este ano a apreciação da situação relativa à Propriedade Intelectual em Macau. Além disso, já iniciámos os trabalhos preparatórios para a apreciação, no próximo ano, da política de comércio de Macau, que a Organização Mundial do Comércio efectua de seis em seis anos, tendo-se já apreciado as políticas, bem como a sua execução, referentes ao vestuário, turismo, concessão da exploração do jogo, propriedade intelectual, operações financeiras, telecomunicações e legislação. Intensificaram-se, neste ano, as actividades de combate à contrafacção e aos actos de violação dos direitos de autor, o que contribuiu, de forma directa, para o nome de Macau deixar de figurar na lista de “vigilância preferencial” no âmbito da “Special 301”. Além disso, esforçámo-nos pela promoção do programa da Transferência Electrónica de Dados (EDI), e participámos em diversas reuniões internacionais e em reuniões nas regiões vizinhas.

Com a simplificação das formalidades de fixação de residência de investidores, o investimento estrangeiro registou um aumento significativo. Com

a implementação do serviço “*one stop*”, concretizaram-se mais de 10 projectos de investimento estrangeiro, o que contribuiu para dinamizar a economia de Macau. Além disso, foi adoptado um novo modelo para a organização da 5ª Feira Internacional de Macau que permitiu resultados positivos.

O Governo viu reforçado o apoio e a gestão na área financeira com a recém-criada Autoridade Monetária de Macau. Para desenvolver os serviços financeiros *offshore*, a Autoridade Monetária de Macau elaborou as regras relativas ao início das operações, na Região Administrativa Especial de Macau, dos fundos de investimento do exterior e, ao mesmo tempo, intensificou a gestão de diversos fundos de investimento. No âmbito do combate às actividades financeiras ilegais, os trabalhos desenvolvidos foram bem sucedidos. No ano 2000 atribuiu-se à Autoridade Monetária de Macau a gestão do Fundo de Reserva do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, cujo valor dos activos já ultrapassou 10,6 biliões de patacas e a taxa de rentabilidade prevista foi alcançada.

O Governo assumiu como um dos trabalhos prioritários para o ano 2000 a melhoria da situação do emprego em Macau, tendo envidado os maiores esforços para solucionar os problemas relativos ao emprego e à vida dos desempregados. Desenvolveram-se serviços de colocação de mão-de-obra, organizaram-se “dias de entrevistas profissionais” e promoveram-se acções de formação profissional, de formação para a reconversão profissional e de formação para a aprendizagem. A Direcção de Serviços de Trabalho e Emprego, com a colaboração do Fundo de Segurança Social e do Instituto de Acção Social, implementou um serviço “*one stop*” para acelerar o processo de atribuição de apoio financeiro aos desempregados e reduzir as exigências para a sua atribuição. Além disso, foram tratados cuidadosamente os problemas provenientes da política de importação de mão-de-obra, incentivando as empresas a contratarem mais trabalhadores locais, tendo-se reduzido em mais de 4000 os trabalhadores não residentes. Por outro lado, empreenderam-se esforços no combate aos trabalhadores ilegais. Conseguiu-se alterar a

tendência de subida contínua da taxa de desemprego através de uma série de medidas destinadas a promover o desenvolvimento económico e serviços na área do emprego, atenuando-se a situação de desemprego.

De um modo geral, foram basicamente atingidos os objectivos definidos nas Linhas de Acção Governativa que consistem em: afastar a depressão económica, a gradual recuperação económica, a diminuição da taxa de desemprego, a melhoria do ambiente comercial.

A retoma da economia, a melhoria da situação de emprego em Macau, o aperfeiçoamento contínuo do ambiente de investimento e o lançamento da reforma e melhoria do sistema de exploração do jogo serão as orientações prioritárias na área da Economia e Finanças para o ano 2001. Iremos aperfeiçoar as condições de funcionamento do mercado local, criar mecanismos de mercado mais eficientes, otimizar o ambiente de investimento, estimular e captar o investimento estrangeiro e promover, de forma activa, a integração económica entre Macau, o Continente Chinês e os países vizinhos.

O Governo irá resolver, de uma forma justa e aberta, a questão do sector do jogo ponderando, de forma activa, todas as alternativas viáveis de modo a permitir que esse sector económico possa desempenhar melhor o seu papel de impulsionador nas estratégias de desenvolvimento de Macau a médio prazo. O Governo espera que o desenvolvimento do sector do jogo impulse outros sectores com ele conexos, como os hoteleiros e da restauração e, também, exposições e conferências, proporcionando, ao mesmo tempo, a outros sectores novos recursos necessários ao seu desenvolvimento.

A Direcção dos Serviços de Economia irá rever a legislação da área económica desactualizada e desadequada às necessidades de desenvolvimento actuais, elaborar estudos aprofundados relativos às eventuais oportunidades e desafios emergentes da adesão da China à Organização

Mundial do Comércio e reforçará os trabalhos de coordenação quanto aos acordos bilaterais estabelecidos com os países europeus e americanos.

O Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau irá reforçar o serviço “one stop” destinado principalmente aos investidores estrangeiros, reforçando as relações económicas e comerciais com as cidades do Delta do Rio das Pérolas, de forma a criar oportunidades de cooperação entre as empresas locais e as do Continente Chinês. Ao mesmo tempo, impulsionará os trabalhos legislativos e de divulgação dos serviços *offshore*, bem como a reapreciação e aperfeiçoamento dos procedimentos relativos ao pedido de constituição dos mesmos. Irá procurar aderir à organização internacional “*The Offshore Institute*” para desenvolver o intercâmbio e a colaboração com outros centros *offshore*.

No domínio da legislação fiscal, e com vista à articulação com o actual Código Comercial, iremos substituir o Código das Execuções Fiscais pelo Código do Processo Tributário, iremos propor a eliminação das disposições vigentes sobre o imposto sucessório e iremos intensificar a gestão do funcionamento do sistema fiscal.

Quanto à gestão financeira, a Autoridade Monetária de Macau elaborará legislação tendente à supervisão eficaz das operações de investimento cambial, fiscalizará a aplicação da legislação sobre seguro de acidentes de trabalho obrigatório no que se refere à indemnização dos trabalhadores vítimas de actos criminosos e estudará o aperfeiçoamento da legislação relativa ao seguro automóvel. A Autoridade Monetária de Macau estudará, ainda, a utilização adequada de recursos financeiros para apoiar o desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

Em relação às políticas laborais, a Direcção dos Serviços de Trabalho e Emprego irá envidar mais esforços na selecção e colocação de mão-de-obra a fim de diminuir o desemprego de fricção. Continuará a conjugar-se esforços com o Fundo de Segurança Social na acção de apoio aos desempregados

locais com maiores dificuldades, sendo intensificadas, por um lado, acções de formação a fim de os desempregados obterem uma capacidade geral para os diversos empregos possíveis e, por outro lado, acções de formação especializada, prática e adequada às exigências das empresas. Além disso, a Direcção dos Serviços de Trabalho e Emprego continuará a apreciar de forma rigorosa todos os pedidos de recrutamento de mão-de-obra não residente, intensificará a fiscalização do processo de importação de mão-de-obra não residente e penalizará, também de forma rigorosa, os casos de utilização de mão--de-obra não residente.

As acções a desenvolver pelo Fundo de Segurança Social no ano 2001 vão incidir sobre a atribuição de subsídios diversos, bem como na revisão da legislação respectiva, por forma a melhorar gradualmente o regime de segurança social, e sobretudo, solucionar, de forma positiva, questões relativas aos trabalhadores por conta própria.

No ano 2001 realizar-se-á o 14º Censo da População e o 4º Censo da Habitação de forma a obter uma informação mais completa que constituirá uma referência importante para o estudo do desenvolvimento socioeconómico e do planeamento demográfico de Macau.

O Conselho de Consumidores, além de aprofundar o estudo de uma política de concorrência leal, irá estudar a elaboração de legislação sobre segurança de produtos e acompanhar as actividades e circuitos de venda de alimentos ou produtos “saudáveis” bem como proceder à reapreciação e à revisão da legislação relativa à rotulagem de alimentos.

--- Fim ---